



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº. 138, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
3.482	13.10.09	mf.

“Proíbe a realização de queimadas em lotes urbanos no município”.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada dia ____ de _____ de 2009, aprovou Projeto de Lei nº ____/2009, de autoria do vereador Marcos Daniel Vicente, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art . 1 ° Fica proibido, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza de terrenos, bem como a incineração de lixo ou detritos, nos lotes urbanos no Município.

Art. 2 ° A infração ao disposto nesta lei sujeitará o responsável pelo imóvel ao auto de infração e pagamento de multa equivalente a 05 (quinhentas) UFM (Unidade Fiscal do Município), aplicada em dobro nos seguintes casos:

- I - No caso do proprietário ou terceiro, a seu mando, ser pego em flagrante;
- II No caso de reincidência.

Art. 3 ° No Caso da queimada ser provocada por, terceiros, que não esteja a mando do proprietário do imóvel, por acidente ou por evento natural, poderá o departamento responsável pela fiscalização e apuração dos fatos, cancelar a multa prevista no artigo anterior, utilizando-se de critério e meios que julgar justos.

Art . 4° O município receberá a denúncia sobre a transgressão do disposto nesta lei e as encaminhará ao departamento responsável pela fiscalização que irá até o local para constatação da denúncia e em caso afirmativo procederá o auto de infração e consequentemente a multa.

Parágrafo Único O poder Executivo Municipal designará, através dos meios legais, qual departamento será responsável pela fiscalização das infrações e imposição da multa de que trata a presente lei.

Art .5° O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º As disposições em contrário ficam revogadas.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 13 de outubro de 2009.

Marcos Daniel Vicente
MARCOS DANIEL VICENTE
Vereador

APROVADO

Em 19 Discussão por 9 FAVORÁVEIS
Sessão 07 / 2.00 7

[Assinatura]
FRANCISCO CARLOS CANDIDO
PRESIDENTE

APROVADO

Em 28 Discussão por 9 FAVORÁVEIS
Sessão 14 / 2.00 7

[Assinatura]
FRANCISCO CARLOS CANDIDO
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA:-

A realização de queimadas em lotes urbanos, promove uma série de problemas ambientais, de saúde, além de colocar em risco a vida e o patrimônio dos cidadãos. Tendo em vista estas questões, é um atraso não termos ainda em nosso Município instrumentos para penalizar tais atos.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Desta forma , acredito que estaremos fornecendo meios para que o Poder Executivo Municipal, possa fiscalizar e punir de maneira mais eficiente os responsáveis por estes atos, contribuindo com a sociedade na questão da preservação ambiental e da saúde pública, além de evitar os constantes chamados em virtude dos princípios de incêndio provocados pelas queimadas urbanas que trazem sérios riscos à segurança da população.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 05 de outubro de 2009.


MARCOS DANIEL VICENTE
Vereador



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.209, DE 03 DE JULHO DE 2001.

dispondo sobre o acréscimo de artigo, parágrafos e incisos, e nova redação dos artigos 54 e 55, tudo da Lei Municipal nº. 1.552, de 04 de Outubro de 1984.

APARECIDO ESPANHA, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 25 de Junho de 2001, aprovou Projeto de Lei nº. 080/2001, de autoria do Vereador Raul Garib Júnior, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art.1º. – Fica acrescentado à Lei nº. 1.552, de 04 de Outubro de 1984, o artigo 17-A, e parágrafos 1º. e 2º., obedecendo a seguinte redação:

“Art.17-A- As edificações urbanas, deverão ser conservadas de forma adequada a seu uso, observadas as exigências das autoridades sanitárias.

Parágrafo 1º. – Todo proprietário que estiver com sua edificação em estado de abandono e não habitada, será notificado pela fiscalização municipal, para no prazo de 60 (sessenta) dias sanar a irregularidade apontada pelo Município.

Parágrafo 2º. – Os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificados, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio, os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.”

Art.2º. – O artigo 22 da Lei 1.552, de 04 de Outubro de 1984, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes incisos:

“III- para evitar que o fogo se alastre, deverá ser observada a direção do vento, antes de ser iniciada a queimada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.209, DE 03 DE JULHO DE 2001.

IV- a ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras, campos alheios ou terrenos baldios."

Art.3º.- O artigo 54 da Lei 1.552, de 04 de Outubro de 1984, passa à vigorar com a seguinte redação:

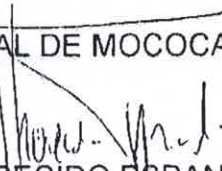
"Art.54 – Qualquer infração a dispositivo da presente Lei ensejará, sem prejuízo das medidas de natureza civil e criminal cabíveis, Notificação ao Infrator, para regularização da situação no prazo que lhe for determinado, bem como aplicação de multa no valor de uma Unidade Fiscal do Município de Mococa."


Art.4º. – O artigo 55 da Lei nº. 1552, de 04 de Outubro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.55- O decurso do prazo de Notificação sem que tenha sido regularizada a situação que lhe deu causa, ou a reincidência da infração, sujeitarão ao infrator a Multa de 10% (dez por cento) do valor da Unidade Fiscal do Município de Mococa, por dia de procedimento de irregularidade."

Art.5º. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 2.405, de 27 de Agosto de 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 03 de julho de 2001.


APARECIDO ESPANHA
Prefeito Municipal


DR. MARCELO TORRES FREITAS
Chefe da Assessoria Jurídica



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

PROJETO DE LEI Nº.138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

DESPACHO

Nos termos do art. 231, §1º., “a” e “b” c.c. art.110, parágrafo único, todos do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

Câmara Municipal de Mococa, 13 de outubro de 2009.



FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

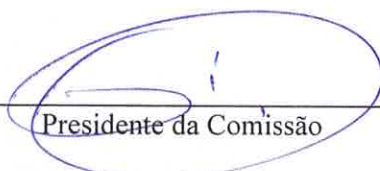
PROJETO DE LEI Nº.138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 13 / 10 / 2009.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 16 / 10 / 2009.




Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Adilson A. Guisso

DATA DA NOMEAÇÃO: 13 / 10 / 2009



Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

PROJETO DE LEI Nº.138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 13 / 10 / 2009.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 22 / 10 / 2009.

Relator



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº.138/2009.

INTERESSADO: Vereador Marcos Daniel Vicente.

ASSUNTO: Proíbe a realização de queimadas em lotes urbanos no Município.

RELATOR: Adilson Aparecido Guisso.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, cujo objetivo é de proibir a realização de queimadas, ou seja, o emprego de fogo, para fins de limpeza de terrenos, como a incineração de lixo ou detritos, em lotes urbanos no município, prevendo, aos infratores, a imposição de multa em valor equivalente a 500 unidades fiscais do município pelo poder Executivo, projeto este de iniciativa do Poder Legislativo.

Inconteste a necessidade de contenção das queimadas dado aos efeitos nocivos a saúde e ao meio ambiente, dela decorrentes.

Aliás, é da competência comum da União, dos Estados e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição, conforme se extrai do disposto no art. 23 da Carta Constitucional, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

[...]

Em simetria com o texto constitucional, o art. 5º, VI, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 5º. Ao Município de Mococa compete, em comum com a União, com os Estados e com o Distrito Federal, observadas as normas de cooperação fixadas na lei complementar:

[...]

X - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.”

Tem-se que é concorrente a competência para tratar de assunto ligado ao meio ambiente, cabendo também ao município sua proteção.

Ademais, conveniente ressaltar que o art. 30, I, da Constituição Federal determina ser da competência do município legislar sobre assuntos de interesse local, como é o caso em análise. Confira-se:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.”

Quanto à iniciativa, verifica-se ser a mesma concorrente, uma vez que a matéria não se enquadra dentre aquelas privativas a qualquer dos poderes.

Verifica-se, pois, que, sob o aspecto formal o Projeto de Lei sob número em epígrafe atende aos ditames legais e constitucionais.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

O mesmo pode-se dizer quanto ao mérito, merecendo apenas ligeiras considerações.

Contudo, em que pese tais considerações, acerca do art. 3º, vislumbro usurpação de atribuição haja vista que somente o Chefe do Poder Executivo é quem pode criar um cargo, função ou emprego público na Administração direta, além do que para tanto vai demandar aumento na despesa prevista, que ainda que criado pelo Poder Executivo, a lei impede tal postura.

Assim, posiciono-me no sentido de que melhor seria se o projeto de lei, ao invés de iniciar-se no Poder Legislativo, fosse enviado pelo Poder Executivo, por padecer de usurpação de poder e aumento na despesa prevista.

É o parecer, *sub censura*.

Sala das Comissões, 09 de Novembro de 2009.

Adilson Aparecido Guisso

Relator



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI Nº.138/2009.

INTERESSADO :- VEREADOR MARCOS DANIEL VICENTE

ASSUNTO :- PROÍBE A REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS EM LOTES URBANOS NO MUNICÍPIO.

MEMBROS :- FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES E
JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO

Como membros da Comissão, após estudos sobre o assunto, manifestamos contrários ao parecer do relator, para sermos FAVORÁVEIS à aprovação do Projeto de Lei nº.138/2009.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de Setembro de 2009.



FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES
Membro



JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO
Membro



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

PROJETO DE LEI Nº. 138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

DESPACHO

Considerando que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer favorável à aprovação da matéria epigrafada, encaminho-a à comissão permanente de Meio Ambiente.

Câmara Municipal de Mococa, 25 de 12 de 2009.

FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

PROJETO DE LEI Nº. 138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 27 / 11 / 2009.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 02 / 12 / 2009.

Marcos Daniel Vieira

Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Marcos Daniel Vieira.

DATA DA NOMEAÇÃO: 27 / 11 / 2009.

Marcos Daniel Vieira

Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

PROCESSO Nº. 1.397/2009.

PROJETO DE LEI Nº. 138/2009.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 27 / 11 / 2009.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 08 / 12 / 2009.

Marcos Daniel Soares

Relator



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº.138/2009.

INTERESSADO: Vereador Marcos Daniel Vicente.

ASSUNTO: Proíbe a realização de queimadas em lotes urbanos no Município.

RELATOR : - Marcos Daniel Vicente

Como relator da matéria acima epigrafada, dentro das atribuições desta Comissão e, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que não há inconstitucionalidade, ilegalidade e nem outros óbices que impeçam sua aprovação, posto que a mesma vai de encontro ao interesse público, sendo assim, manifesto **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões Permanentes "José Luiz Cominato", 27 de novembro de 2009.

Marcos Daniel Vicente -Relator

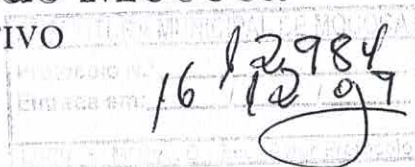
APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões Permanentes "José Luiz Cominato", 02 de 12 de 2009.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO



Ofício nº 1.377/2009-CM.

Mococa, 15 de dezembro de 2009.

Senhor Prefeito:

Anexamos para as devidas providências, cópia do expediente aprovado por esta Casa, em sessão realizada no dia 14 de dezembro último, constando de:

- 1- Autógrafo nº121/2009, referente ao Projeto de Lei nº095/2009.
(de autoria do Vereador Marcos Daniel Vicente - aprovado em sessão ordinária)
- 2- Autógrafo nº122/2009, referente ao Projeto de Lei nº138/2009.
(de autoria do Vereador Marcos Daniel Vicente - aprovado em sessão ordinária)
- 3- Autógrafo nº123/2009, referente ao Projeto de Lei nº139/2009.
(de autoria do Vereador Marcos Daniel Vicente - aprovado em sessão ordinária)
- 4- Autógrafo nº124/2009, referente ao Projeto de Lei nº160/2009.
(de autoria do Vereador Francisco Carlos Cândido - aprovado em sessão ordinária)
- 5- Autógrafo nº125/2009, referente ao Projeto de Lei nº161/2009.
(de autoria do Vereador Adilson Aparecido Guisso - aprovado em sessão ordinária)
- 6- Autógrafo nº126/2009, referente ao Projeto de Lei nº162/2009.
(de autoria do Vereador Adilson Aparecido Guisso - aprovado em sessão ordinária)

Respeitosamente

FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO
Presidente

**Excelentíssimo Senhor
Dr. Antônio Naufel
Prefeito Municipal de
Mococa**

Edifício "Dra. Esther de Figueiredo Ferraz"
Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa -SP
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: camaramococa@yahoo.com.br



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 1

AUTÓGRAFO Nº. 122 DE 2009.

Projeto de Lei nº.138/2009.

“Proíbe a realização de queimadas em lotes urbanos no município”.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada dia 14 de dezembro de 2009, aprovou Projeto de Lei nº138/2009, de autoria do vereador Marcos Daniel Vicente, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art . 1º Fica proibido, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza de terrenos, bem como a incineração de lixo ou detritos, nos lotes urbanos no Município.

Art. 2º A infração ao disposto nesta lei sujeitará o responsável pelo imóvel ao auto de infração e pagamento de multa equivalente a 500 (quinhentas) UFM (Unidade Fiscal do Município), aplicada em dobro nos seguintes casos:

- I - No caso do proprietário ou terceiro, a seu mando, ser pego em flagrante;
- II - No caso de reincidência.

Art. 3º No Caso da queimada ser provocada por, terceiros, que não esteja a mando do proprietário do imóvel, por acidente ou por evento natural, poderá o departamento responsável pela fiscalização e apuração dos fatos, cancelar a multa prevista no artigo anterior, utilizando-se de critério e meios que julgar justos.



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 2

AUTÓGRAFO Nº. 122 DE 2009.

Projeto de Lei n.º.138/2009.

Art . 4º O município receberá a denúncia sobre a transgressão do disposto nesta lei e as encaminhará ao departamento responsável pela fiscalização que irá até o local para constatação da denúncia e em caso afirmativo procederá o auto de infração e consequentemente a multa.

Parágrafo Único O poder Executivo Municipal designará, através dos meios legais, qual departamento será responsável pela fiscalização das infrações e imposição da multa de que trata a presente lei.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º As disposições em contrário ficam revogadas.

Câmara Municipal de Mococa, 15 de dezembro de 2009.

Francisco Carlos Cândido
Presidente

Eduardo Antônio Baisi
2º Secretário